

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João
2 – CBHLSJ. Ao décimo sexto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às nove
3 horas, iniciou-se a reunião no Auditório Principal da Universidade Veiga de Almeida –
4 *Campus* Cabo Frio, localizado na Estrada Perynas s/n, Cabo Frio – RJ, tendo como
5 pauta os seguintes assuntos: **1 – Aprovação da minuta de ATA, reunião de Plenária**
6 **(04/11/2019); 2 – Aprovação da Resolução que “Cria a Câmara Técnica de**
7 **Restauração Florestal do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João.”; 3 –**
8 **Aprovação da Resolução que “Cria a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro**
9 **do Comitê da Bacia Hidrográfica Lagos São João.”; 4 – Aprovação da Resolução**
10 **que disponibiliza recursos para a “Revisão do Plano de Bacia”; 5 – Calendário de**
11 **reuniões do CBHLSJ (2020); 6 – Planejamento dos recursos; 7 – Projeto de Lei**
12 **1.713/2019 (Alerj); 8 – Projeto de Controle de Inundações de Silva Jardim; 9 –**
13 **Projeto Saquarema; 10 – Informe sobre o andamento dos projetos do CBHLSJ**
14 **(tabela simplificada); 11 – Informe sobre a Criação do GT para a transposição de**
15 **efluentes tratados para a Bacia do rio Una; 12 – Informe sobre concurso estagiário**
16 **do CILSJ/CBHLSJ; 13 – Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes
17 representantes, conforme lista de presença: Sra. Letícia Hitomi Nogami (FIPERJ); Sra.
18 Ana Paula Rodrigues de Souza (P.M.A.); Sra. Elenilce Lourenço Rangel (P.M.A.C.);
19 Sra. Daiana Paula da Silva Cabral (P.M.S.P.A.); Sr. Mário Flávio Moreira (P.M.C.F.);
20 Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior (P.M.C.F.); Sr. Mauro Jesus Nogueira Paes (IRV); Sra.
21 Iná Siqueira Gomes (MOMIG); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Sra.
22 Ana Maria Fernandes Muniz Vicente Jardim (Associação Viva Lagoa); Sra. Edna
23 Ferreira Calheiros Saraiva (AMEAS); Sra. Michele Maria de Souza (AMEAS); Sra.
24 Dalva Mansur (IPEDS); Sra. Sandra Bárbara de Souza (IPEDS); Sr. Manildo Marcião
25 (IFF-CF); Sr. Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Nathalia Salustiano Vieira Bragança
26 (CAJ); Sra. Gabriela Negreiros Coutinho (PROLAGOS); Sra. Amanda Mendes Bulhões
27 Barbosa (PROLAGOS); Francisco da Rocha Guimarães Neto (APAAPP); Sr. Leandro
28 Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba Grande); Sr. José Ricardo de
29 Souza (Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Baleia); Sra. Dulce
30 Tupy Caldas (Colônia Pescadores Z-24 Saquarema); Sr. Jorge Carmo de Melo (ALA);
31 Sra. Irene Alves de Mello (ALA); Sr. Gilmar Prado Jacob (COOPASÃOJOÃO); Sr.
32 André Martins de Lima (Tosana Agropecuária); Fábio Vinícius Feitosa de Albuquerque
33 (Tosana Agropecuária); Fernando Bento Marques (AGRISA); Sr. Nelson Ferreira da
34 Costa (ITOGRASS); Sr. Luís Fernando Faulstich (CILSJ); Sra. Marianna Cavalcante
35 (CILSJ); Sra. Adriana Saad (CILSJ); Sr. Rafael Nogueira (AGRISA); Sra. Stephani
36 Brunetti (AGRISA); Sr. Roque Tumolo (MCTIC/UnB); Sra. Raquel Trevizam
37 (FUNDEP UFMG/NB/INPE); Sra. Janaina Lugon (Grupo Juturnaíba Orgânicos); Sra.
38 Ana Paula Lugon (Grupo Juturnaíba Orgânicos); Sra. Jheyce Correia (Informe
39 Freelance); Sr. Lucas Madureira (Informe Freelance); Sr. Emídio F. de Souza
40 (Associação Raízes); Sr. Eli da Costa (NEA-BC); Sra. Roberta Costa Moraes
41 (Comunicação Prolagos); Sra. Moema A. Verciane (INEA); Sr. Anselmo Nazário
42 (P.M.C.A.); Sr. Lies Abibe (Câmara de Vereadores S. J.); Sr. Raphael Evangelista

43 (Associação Raízes); Sra. Anita Santoro (AGROBALI); Sr. Renato Viana
44 (AGROBALI); Sr. Antonio Soares (AGROBALI); Sr. Franklin de Oliveira (Jornalista);
45 Sr. Davi Ohana (NEA-BC); Sra. Rafaela Siqueira (NEA-BC); Sr. Luciano Pinto
46 (P.M.S.P.A.); Sra. Aline Thomasi (FIPERJ); Sra. Marilda Bueloni (SOAPRAS); Sr.
47 Daniel Ribeiro (Movimento Lagoa Limpa); Sr. Roberto Viana dos Santos (Associação
48 Observação de Cabo Frio); Sr. Antonio Carlos (Motorista); Sra. Ana Beatriz Cordeiro
49 (Fazenda dos Cordeiros); Sr. Ayrton Violento (Instituto Verde Flora); Sr. Thiago
50 Barbosa (IIS); Sra. Flávia Targa Martins (UVA); Sr. Daniel Luiz Arrebola (NEA-BC);
51 Sr. Orlando P. Santos (Associação Raízes); Sra. Priscila Amaro (Associação Raízes);
52 Sra. Darcy M. de Almeida (Associação Sebastião Lan II); Sra. Marinete da C. Silva
53 (Associação Sebastião Lan II); Sr. Sérgio Kunio Yamagata (FIRJAN); Sr. Ricardo
54 Guadagnin (FIRJAN). O Sr. Leandro Coutinho iniciou a reunião convidando a diretoria
55 do Comitê Lagos São João e os representantes do Inea, Sr. Hélio Vanderlei e Sra.
56 Moema Acselrad, para se direcionarem ao palco do auditório. Em seguida, agradeceu ao
57 Sr. Eduardo Pimenta, pelo espaço cedido na Universidade Veiga de Almeida para
58 realização da reunião; à Prefeitura de Arraial do Cabo pela oferta de seu espaço,
59 explicando que o mesmo não comportaria todos os presentes, razão pela qual o Comitê
60 declinou da oferta; e a Sra. Ana Paula Rodrigues, que ofereceu o espaço da Casa de
61 Cultura de Araruama. Então, o Sr. Leandro Coutinho informou que, antes de dar
62 prosseguimento à reunião, seriam realizadas alterações na pauta, incluindo como
63 primeiro ponto de pauta a apresentação dos representantes do Inea e dos membros do
64 CBHLSJ. Dessa forma, prosseguiu-se para as apresentações e, depois de finalizadas,
65 retomou-se às alterações dos pontos de pauta. Foi explicada a retirada das Resoluções
66 dos pontos de pauta, tendo em vista que as mesmas seriam reanalisadas pela CTIL. Foi,
67 também, elucidado que a inclusão da instituição FIRJAN está em pauta para análise e
68 poderá ser incluída na próxima Plenária, após avaliação pela CTIL. O Sr. Emídio
69 justificou que a proposta para retirada das resoluções das CTs seria para melhor
70 reavaliar a possibilidade de não haver conflitos de competências nas CTs já existentes.
71 Após as modificações, os pontos de pauta foram aprovados da seguinte maneira: **1 –**
72 **Apresentação do Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental do INEA –**
73 **Sr. Hélio Vanderlei; 2 – Aprovação da minuta de ATA, reunião de Plenária**
74 **(04/11/2019); 3 – Planejamento dos recursos, Projeto de Saquarema, Informações**
75 **sobre projetos; 4 – Projeto de Lei 1.713/2019 (Alerj); 5 – Apresentação prévia do**
76 **estudo da COPPE-UFRJ; 6 – Aprovação da Resolução que disponibiliza recursos**
77 **para a “Revisão do Plano de Bacia”; 7 – Calendário de reuniões do CBHLSJ**
78 **(2020); 8 – Projeto de Controle de Inundações de Silva Jardim; 9 – Informe sobre**
79 **a Criação do GT para a transposição de efluentes tratados; 10 – Informe sobre**
80 **concurso estagiário do CILSJ/CBHLSJ; 11 – Informe AGENERSA; 12 – Assuntos**
81 **Gerais.** Então, o Sr. Leandro Coutinho passou a palavra ao Sr. Hélio Vanderlei (Diretor
82 do Inea), agradecendo-o pelo seu empenho e de todo o Inea, no que tange a relação com
83 o Comitê. Elucidou aos presentes que, atualmente, o CBHLSJ, em conjunto com a
84 Delegataria, possui vários projetos em andamento, visando, principalmente, os de

85 saneamento na região, tendo em vista que, segundo a Lei, os Comitês de Bacia devem
86 investir cerca de 70% (setenta por cento) de seus recursos nesta rubrica. Citou, também,
87 alguns municípios que já estão com projetos encaminhados, entre eles: São Pedro da
88 Aldeia, Iguaba Grande, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Silva Jardim. Nesse momento, a
89 palavra foi assumida pelo Sr. Hélio Vanderlei, que agradeceu a oportunidade de fala e
90 realizou a entrega do Termo Aditivo com o Comitê de Bacia e com a Agência
91 Delegatária, assinados no final do ano de 2019 (dois mil e dezenove), visando realizar
92 efetivamente os repasses dos recursos. Abordando o primeiro ponto de pauta, revelou
93 que começou atuando no CBH Guandú, tendo vivência na rotina e dificuldades que o
94 Comitê convive e que acredita que o INEA seja uma instituição fundamental para o
95 desenvolvimento dos trabalhos realizados pelos Comitês, tendo em vista que é
96 responsável pela elaboração do contrato de Gestão e pelo acompanhamento das metas e
97 resultados. Informou, ainda, que em conjunto com a Sra. Moema Acselrad e sua equipe,
98 decidiu realizar reuniões bimestrais com a Diretoria dos Comitês e suas Delegatárias,
99 visando estabelecer Planos de Trabalho, metas, investimentos e resultados,
100 acompanhando o cumprimento e buscando compreender as dificuldades que as
101 Delegatárias encontram no andamento de seus processos, de forma a entender como
102 esse fluxo tem funcionado. Ademais, comentou que o Governo do Estado consulta o
103 Plano de Bacias, elaborado pelos Comitês, como base para seus investimentos na região
104 e como instrumento para a criação de protocolos, e defendeu que o Comitê de Bacia
105 Hidrográfica, em sua opinião, se trata de um dos Parlamentos mais importantes do país,
106 tendo em vista que é onde, efetivamente, a sociedade civil está inserida, discutindo o
107 que é importante para a manutenção da saúde ambiental da bacia hidrográfica. Afirmou
108 que o Inea não possui interesse de manter os recursos financeiros dos CBHs retidos, à
109 medida que não aplicam esses recursos, apenas repassam às Delegatárias, segundo as
110 demandas das Diretorias Colegiadas dos CBHs, e que é importante que os membros
111 saibam quanto o Comitê arrecada, para que possam acompanhar o fluxo financeiro de
112 investimentos nas diferentes rubricas com as quais atuam, de maneira a possibilitar uma
113 transparência advinda da participação da sociedade, governos e usuários. Porém,
114 destacou que o Comitê é impossível a realização o saneamento ambiental de todas as
115 cidades em sua área de abrangência, pois não possui recurso o suficiente para isso.
116 Elucidou que está disposto a escutar as demandas do CBH, sobre a região em que atua
117 para o Estado, planejando-se para voltar com respostas, afirmando que é papel do
118 Estado dar essas respostas para a sociedade. Por fim, realizou a entrega do Contrato de
119 Gestão assinado. O Sr. Leandro Coutinho retomou a fala, propondo a continuidade do
120 roteiro planejado, abordando primeiramente o terceiro ponto de pauta que tratava do
121 “Planejamento dos recursos, Projeto de Saquarema e Informações sobre projetos” para
122 depois avançar para a aprovação da minuta de ATA da reunião de Plenária do dia
123 04/11/2019, obtendo concordância de todos os membros presentes. Desta forma, a Sra.
124 Adriana Saad iniciou sua fala explicando o que é o Comitê e a Delegatária, suas
125 legislações conexas, bem como os procedimentos para a realização de reuniões. Em
126 seguida, a Sra. Adriana Saad apresentou os projetos aprovados pelo Comitê no ano de

127 2019, que constam no Plano Plurianual de Investimentos, os quais já tiveram os seus
128 recursos repassados pelo Inea. Informou que o CBH possui duas fontes dos recursos que
129 são repassados pelo Inea, sendo uma delas a Conta D, a qual teve a arrecadação média,
130 relativa ao CBH Lagos São João de, aproximadamente, R\$ 2,5 milhões por ano. Porém,
131 possivelmente esse valor sofrerá mudanças, devido à aprovação de uma nova Lei que
132 estipula que 30% dos recursos destinados aos Comitês não seriam disponibilizados para
133 tais, pois seriam cedidos para o Estado, reduzindo valor arrecadado anualmente em
134 30%. A Sra. Adriana Saad apresentou, também, os valores relativos aos projetos,
135 informando que: foram recebidos R\$ 71.000 para o Ordenamento Pesqueiro da Lagoa
136 de Araruama em 2019, aprovados pelo Comitê, dos quais R\$ 35.592 foram destinados
137 às Ações de Fiscalização do Defeso da Lagoa de Araruama, valor executado por
138 completo. Desta forma, explicou que ainda há disponível o valor referente à compra de
139 um barco, conforme aprovado pelo CBHLSJ, cujo processo encontra-se em fase de
140 licitação, mais especificamente na etapa de levantamento de orçamentos, cujo trâmite
141 demanda de um maior prazo de tempo, com previsão de licitação para compra para dia
142 30 de janeiro de 2020; que recebeu-se, também, R\$ 26.000 para o Projeto de Educação
143 de Tamoios, que se encontra em andamento; e que o Projeto de Monitoramento das
144 Lagunas de Saquarema e Jaconé, que já havia sido aprovado pela Câmara Técnica de
145 Monitoramento e pela Câmara Técnica Institucional Legal e cujo Termo de Referência
146 já se encontrava elaborado, estando em processo de realização de todos os
147 procedimentos para licitação, com previsão para dia 10 de fevereiro; assim como o
148 Projeto que prevê o Livro sobre o Rio São João, que também está no processo para
149 licitação, com previsão para dia 10 de fevereiro. Contou, também, que há três projetos
150 de saneamento com recurso em conta, referentes ao esgotamento sanitário de
151 localidades dos municípios de Araruama, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, que
152 encontram-se em fase de elaboração do projeto executivo das obras de saneamento, com
153 previsão de início da contratação para final do mês de fevereiro. Além desses, há dois
154 projetos que ocasionaram o acionamento do CILSJ pelo Ministério Público Estadual,
155 pois o mesmo teve ciência dos dois recursos que o Comitê possui relativos à Juturnaíba,
156 sendo esses para o Projeto de Revisão do Material de Operações e o Projeto de Estudos
157 de Segurança da Barragem. Porém, após pesquisas, ficou evidenciado que as
158 Concessionárias de Água e Esgoto estão realizando estes estudos. Desta forma, o
159 Ministério Público (MP) solicitou que o recurso anteriormente destinado a esses
160 projetos fosse investido, então, no Plano de Inundação de Silva Jardim, que se trata de
161 um problema grave no município. Nesse ponto, a Sra. Adriana Saad informou que essas
162 informações já foram anteriormente passadas ao Comitê, de maneira que o mesmo
163 aprovou a formação de um Grupo de Trabalho para esse novo projeto, ficando a Sra.
164 Marianna Cavalcante responsável por apresentar uma minuta do Termo de Referência
165 para que os membros tomem ciência do que está sendo tratado, e, posteriormente,
166 encaminhar o documento para Câmara Técnica de Monitoramento, visando um
167 “refinamento” do mesmo; e para o MP e Inea, para que possam opinar sobre o Projeto.
168 O Sr. Ricardo Guadagnim questionou quanto tempo demora-se, em média, do início do

169 processo até o momento da Licitação e Contratação de um serviço desse gênero. A Sra.
170 Adriana respondeu ao questionamento informando que depende da situação, mas se
171 todos os procedimentos ocorrerem de forma fluída, sem entraves jurídico ou técnico
172 com a busca por orçamentos e sem problemas para a execução do projeto, leva-se cerca
173 de 3 a 4 meses a partir da aprovação do Termo de Referência até a licitação, tendo em
174 vista que o Termo de Referência não depende unicamente da Delegatária. O Sr. Gilmar
175 Prado questionou quanto tempo dura o estudo, sendo respondido pela Sra. Adriana Saad
176 que depende do grau de complexidade que o estudo terá definido em seu Termo de
177 Referência. A Sra. Marianna Cavalcante informou que, inicialmente, tem-se a previsão
178 de cerca de um ano e meio para a realização do estudo em Silva Jardim. Porém, esse
179 prazo ainda será avaliado pelas Câmaras Técnicas e posteriormente aprovado pela
180 Plenária. A Sra. Adriana Saad mostrou, então, em sua apresentação, todos os projetos
181 que foram aprovados pela Plenária e, depois, pelo Grupo de Trabalho do Fundrhi e que
182 estão ligados ao recurso da CUTE anteriormente arretado, de cerca de R\$ 6 milhões,
183 que dentro do cronograma do GT ficou na sétima parcela de desembolso, prevista para
184 março de 2020. Comunicou, inclusive, que esses projetos já tiveram seus Projetos e
185 Termos de Referência encaminhados ao Inea, faltando apenas abrirem os orçamentos
186 para repassar os recursos. Finalizou, então, dando um informe sobre o projeto de
187 saneamento de Saquarema, esclarecendo que o procedimento para se montar um projeto
188 de saneamento é, primeiramente, obter um “de acordo” da Prefeitura do município e/ou
189 concessionária, que ficarão responsáveis pela operação após finalizadas as obras e que o
190 caso do município de Saquarema houve dificuldades neste ponto, tendo em vista que, na
191 época em que se solicitou este aceite, a Prefeitura ainda não havia definido suas
192 prioridades, mas que a mesma já se manifestou em janeiro, com meta de apresentar o
193 projeto de saneamento em fevereiro. A Sra. Adriana Saad informou que a Sra. Edna
194 Calheiros, como diretora do subcomitê da Lagoa de Saquarema, realizou uma
195 mobilização com os membros do Subcomitê em conjunto com a sociedade organizada
196 visando o engajamento da prefeitura, neste projeto. A Sra. Dalva Mansur solicitou a
197 palavra para retomar o assunto sobre o Subcomitê do Rio São João, e perguntou
198 primeiro sobre a gestão da diretoria do subcomitê se já havia sido preenchida devido a
199 atual vacância e perguntou também sobre o projeto de cheias de Silva Jardim se estaria
200 contemplado a retirada das ocupações irregulares dos leitos dos rios da Bacia do São
201 João. A Sra. Adriana Saad respondeu que a vaga na Diretoria Administrativa do
202 Subcomitê do rio São João, atualmente representada pelo Sr. Ezequiel dos Santos,
203 pertence à Prefeitura Municipal de Silva Jardim e não à pessoa física. Sendo assim, foi
204 enviado um e-mail à Prefeitura solicitando que, caso tivessem interesse em ocupar a
205 vaga, se manifestassem via ofício. Informou, também, que o CILSJ aguarda resposta da
206 Prefeitura e que, caso a mesma não se manifestasse ou viesse a desistir da vaga, seria
207 necessário que houvesse uma nova eleição para a nova diretoria. Segundo a Sra. Dalva
208 Mansur o que ficou decidido, durante as eleições do biênio 2019-2021, que a vaga na
209 Diretoria que a Prefeitura de Silva Jardim ocupa atualmente, foi designada para uma
210 Prefeitura, e não especificamente a de Silva Jardim, pois a mesma é personalíssima,

211 deste modo deveria ter eleições dentre os representantes das prefeituras dos municípios
212 do CBHLSJ para reposição da vacância. Desta forma, o CBHLSJ estaria dispondo de
213 uma vacância para prefeitura e que, como se trata de uma vaga de diretoria no
214 Subcomitê do rio São João, poderia ser ocupada pelas Prefeituras de Araruama, Silva
215 Jardim, Casimiro de Abreu ou Cabo Frio, destacou Dalva. Por isso a Delegatária
216 deveria perguntar se há o interesse por parte dessas prefeituras ocupar a referida
217 vacância. A Sra. Adriana Saad afirmou que levará as considerações para o setor jurídico
218 avaliar e que após seu parecer técnico, tomará as providências necessárias. A Sra. Dalva
219 Mansur complementou que se reuniu com o secretário e tratou dessa questão
220 pessoalmente com ele e o mesmo não se manifestou e, por isso, propôs essa nova
221 eleição. A Sra. Adriana Saad pediu, então, para aqueles que não fossem membros
222 anotarem suas dúvidas e perguntarem somente ao final da reunião, de maneira a seguir o
223 procedimento correto. O Sr. Emídio de Souza esclareceu que o que a Sra. Dalva Mansur
224 estava abordando o art. 39, §2º, do Regimento Interno, que diz: *Em caso de destituição*
225 *ou renúncia de membro da Diretoria Colegiada, os representantes dos segmentos*
226 *Usuários, ou da Sociedade Civil ou Poder Público, a que pertencia o Diretor afastado*
227 *deverão eleger, no prazo de 30 dias, em reunião extraordinária, um novo membro para*
228 *completar o mandato, que será submetido à aprovação da Plenária e tomará posse*
229 *imediatamente, no ato da Plenária, assumindo seu cargo na Diretoria Colegiada.* A
230 Sra. Adriana Saad reforçou que levará a questão para ser avaliada pelo jurídico e dará
231 prosseguimento às medidas por eles indicadas. Foi perguntado sobre os recursos
232 destinados para a dragagem e balizamento do canal do Itajurú e da Lagoa da Arauama.
233 A Sra. Adriana Saad respondeu que se trata de uma ação muito direta e integrada do
234 Comitê, cuja dragagem se mostra emergencial para a melhoria do sistema da Lagoa e
235 que, segundo informações da SUPLAJ, o processo já teve o seu licenciamento e está em
236 processo de Licitação, havendo 30 milhões de reais disponibilizados para execução do
237 projeto, sendo realizada a dragagem na área do Canal do Itajurú. Explicou, ainda, que
238 esse projeto não constou e sua apresentação de projetos em andamento por se tratar de
239 um projeto em conjunto com o Inea, que ainda não se encontra concretizado e que não
240 utiliza recursos do Comitê, e sim do Estado (FECAM). Em relação ao projeto de
241 balizamento, elucidou que o mesmo se trata de um projeto antigo, que também utilizaria
242 a mesma fonte de recursos, então priorizou-se o projeto de dragagem para, após,
243 intensificar a cobrança em relação a esse outro projeto. O Sr. Leandro Coutinho
244 destacou também que está havendo uma grande participação das prefeituras municipais
245 da RH-VI, que estão cobrando ao Governo do Estado em relação a esse projeto de
246 dragagem, que é fundamental para Região. Voltou-se, então, para o segundo ponto de
247 pauta, sobre a aprovação da minuta da ATA da reunião de Plenária do dia 04/11/2019,
248 sendo a mesma aprovada sem ressalvas. A Sra. Anita Santoro pediu para que se
249 adiantasse o ponto de pauta que trata do “Projeto de Controle de Inundações de Silva
250 Jardim”, sendo informada pelo Sr. Leandro Coutinho que poderá ocorrer esse
251 adiantamento, mas que primeiramente seria apresentado o estudo da Lagoa de
252 Araruama, pois o responsável pela apresentação precisaria ir embora. Convidou para

253 falar, então, o consultor que apresentaria o estudo de avaliação da situação da Lagoa de
254 Araruama, da COPPE-UFRJ, e destacou a importância do mesmo para a região. A Sra.
255 Gabriela Coutinho deu início a apresentação informando que é representante da
256 PROLAGOS e que estava trazendo em “primeira mão” uma prévia do estudo da
257 COPPE, que tinha previsão de finalização para final de dezembro, mas com dúvidas que
258 surgiram, prorrogou-se o prazo para fevereiro. Informou que, no dia 19 de janeiro o
259 estudo completou um ano de duração, o que se trata de um tempo recorde para um
260 estudo desse porte. Explicou também que, como o estudo encontra-se em fase de
261 validação, não se pode inserir muito conteúdo, mas que podem surgir ideias ou
262 sugestões que o corpo acadêmico responsável pelo estudo consiga inserir ou
263 complementar sem modificar o conteúdo. Então, passou a palavra para o Sr. Ayrton que
264 agradeceu a oportunidade de se apresentar e explicou que foi contratado pelo Grupo
265 Aegea para acompanhar esses novos estudos e propor soluções para o sistema de esgoto
266 sanitário. Elucidou, ainda, que os especialistas no co-sistema estudado são os
267 professores da UFRJ. Desses, o Professor Paulo Rosman se demonstrou interessado em
268 apresentar o estudo completo, quando finalizado, em conjunto com o professor da UFF,
269 o Sr. Júlio Wasserman caso o Comitê tenha interesse. Porém, falou que nesse momento
270 os dois professores encontravam-se indisponíveis, ficando a cargo dele realizar a
271 apresentação dos resultados prévios que os estudos estão indicando. O Senhor Ayrton
272 destacou que é especialista em tratamento de esgoto e tratamento de água, e não na área
273 do estudo propriamente dito, e observou que possivelmente poderia haver
274 questionamentos que ele não possuiria conhecimento suficiente para esclarecer 100% da
275 dúvida. Iniciando a apresentação, o Sr. Ayrton comentou que a grande questão do
276 estudo é o planejamento estratégico para conservação e preservação da Lagoa de
277 Araruama, considerando todos os ecossistemas, mananciais e bacias do entorno na
278 Região dos Lagos. Informou que trataria, durante sua apresentação, sobre a intervenção
279 pós-impactos na Lagoa, sobre o Termo de Cooperação Técnica que foi assinado e,
280 durante sua execução, houve o surgimento de outras demandas que levaram à
281 contratação de outros estudos complementares aos que estavam sendo elaborados pela
282 COPPE; e sobre os resultados preliminares do estudo realizado também pela COPPE.
283 Abordando as intervenções pós-impactos na Lagoa, separou em grupos as soluções
284 factíveis: grupo 1 – esgotamento sanitário, grupo 2 – fontes difusas e grupo 3 – interfere
285 na hidrodinâmica da Lagoa. Dentro do primeiro grupo, esclareceu, estariam à coleta e
286 complementação dos cinturões e a implantação da rede separativa. Elencou, então, as
287 possíveis intervenções a serem realizadas nos municípios, como a transposição do Rio
288 Una; o tratamento terciário com a mudança do ponto de lançamento para fora da Praia
289 do Siqueira; ou o emissário submarino. Observou que essas são possibilidades que estão
290 sendo consideradas nessa fase de planejamento do projeto. Explicitou que todos os
291 projetos, para que sejam executados, precisam ser viáveis, considerado a viabilidade
292 ecológica, econômica e social. No segundo grupo, das fontes difusas, têm-se os rios que
293 chegam à Lagoa, a quantidade de rios é de três a quatro vezes superiores a quantidade
294 de efluentes que chegam das ETEs, com influência superior à das ETEs na Lagoa.

295 Abordou, também, a limpeza dos principais canais de drenagem que carregam o efluente
296 oriundo da tomada de tempo seco e chegam a Lagoa quando chove, além de outros
297 mecanismos que estão sendo considerados, como a revitalização da Praia do Siqueira.
298 Sobre o terceiro grupo, levantou a possibilidade de reativação do canal da Álcalis (Praia
299 do Pontal) abertura de um novo canal na região Oeste (final da Lagoa) e a dragagem do
300 Canal do Itajurú. Contou, então, que o Termo de Cooperação Técnica foi assinado em
301 19 de janeiro de 2019 e que esse estudo considera alguns cenários, considerando a
302 situação atual da Lagoa, que serve de calibração para os cenários: o primeiro considera
303 a dragagem, o segundo considera a transposição das ETEs, o terceiro transformar as
304 ETEs para o tratamento terciário e mudar seu ponto de lançamento dos efluentes, o
305 quarto abrir um novo canal, o quinto ativação do canal da Álcalis e, por fim, o sexto
306 considera um cenário em que não se possui coleta e tratamento de esgoto na Região dos
307 Lagos, quais seriam as condições da Lagoa para isso. Dentro desse estudo, esclareceu
308 que foram necessários estudos complementares, como o de avaliação da melhor
309 localização e impactos da construção de emissários submarinos para Cabo Frio, Arraial
310 do Cabo e Monte Alto; o de revisão da modelagem de lançamentos do Rio Una, que se
311 encontrava defasado, estudo esse que concluiu que o Rio apresenta hoje uma qualidade
312 muito melhor, mas uma menor vazão e, conseqüentemente, menor capacidade de
313 diluição; e o de avaliação da infiltração para os aquíferos da região e de seus impactos.
314 Como resultado preliminar para o estudo do emissário submarino, que considerou
315 emissários de 1,5 km e 3 km. Das substâncias conservativas (DBO, Nitrogênio, Fósforo,
316 etc), observou-se uma pequena interferência na Praia do Forte, no cenário de 3 km,
317 considerado o melhor no estudo. Porém o mesmo não foi observado para Coliformes,
318 que vão influenciar na Resex Marinha do Arraial do Cabo. A Modelagem da
319 transposição da ETE de Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Jardim Esperança,
320 incluindo a área da ETE Siqueira, para a Bacia do Rio Una mostrou, então, o cenário 15,
321 da foz do Rio Una na Praia Rasa. Nesse cenário, toda a carga orgânica lançada nesse
322 manancial, oriunda do efluente das ETEs, parte chegaria a Praia Rasa. Cenário simulado
323 com auxílio de todas as ferramentas, informações e tecnologias disponíveis. Sobre a
324 discussão da influência da infiltração para o lençol freático, concluiu-se que, por se
325 tratar de um material extremamente argiloso, apresenta pouca capacidade para
326 infiltração, com pequeno risco de infiltração. Além disso, notou-se um risco de
327 inundação das regiões mais baixas, devido ao somatório das precipitações com o
328 volume de água lançada. Demonstrou como é o atual cenário da Lagoa de Araruama,
329 considerando o inverno de 2018 e verão de 2019 acrescidas de informações das séries
330 históricas e das novas análises. Nesse momento, as regiões de maior impacto da Lagoa,
331 são os pontos que recebem os rios, que possuem grande vazão com considerável
332 concentração de carga orgânica. Destacou ainda que sem o devido tratamento de esgoto
333 nesses contribuintes, o gasto de recursos financeiros com a Lagoa de Araruama não terá
334 o efeito desejado. No cenário de dragagem, haveria aumento de cerca de até 18% do
335 fluxo de enchente vazante, com melhora da qualidade da água pouco perceptível, porém
336 melhoraria consideravelmente a questão econômica do uso da Lagoa. No cenário de

337 transposições, ocorreria um impacto considerável na região da ETE da Praia do
338 Siqueira, porém nas fozes dos rios tributários, a melhora seria pouco perceptível. No
339 cenário de tratamento terciário com mudança dos pontos de lançamento, movendo o
340 ponto da margem para entre 500 metros e 1 km para dentro da Lagoa, exceto para Cabo
341 Frio, que possivelmente precisaria de cerca de 3 km, teria um efeito semelhante ao de
342 transpor para outro manancial. Tratando do cenário de abertura de um novo canal na
343 região Oeste, na região da Praia Seca, situou que essa abertura aumentaria o fluxo de
344 água na Lagoa em 45%, porém com interferência na estabilidade da Lagoa, mas sem
345 alterar a característica de hipersalinidade da mesma. Desenvolveu, então, o próximo
346 cenário, que considerava a ativação do canal da Álcalis até a praia do Pontal em Arraial
347 do Cabo. Como este canal tem uma dimensão reduzida, iria interferir muito pouco em
348 termos de fluxo de enchente vazante, cerca de apenas 5%. Acarretaria uma melhora da
349 qualidade da água e do próprio canal. O Senhor Ayrton abordou, então, o último
350 cenário, no qual seriam retiradas todas as ETEs e todo o esgoto seria despejado na
351 Lagoa, que geraria uma considerável piora na qualidade da água de toda a Lagoa e da
352 Praia do Siqueira. Concluiu que a intenção foi para demonstrar todos os cenários que
353 foram estudados. Informou, também, que estavam para receber a consolidação de todos
354 os estudos até o dia 10 de fevereiro de 2020 e que nesse estudo consolidado haverá mais
355 detalhes de como os parâmetros físico-químicos e microbiológicos iriam ser
356 influenciados e cada um dos cenários. Sr. Ayrton finalizou sua apresentação
357 agradecendo pela oportunidade de apresentar o estudo ao Comitê e reiterando que os
358 professores diretamente envolvidos no estudo tem interesse em apresentar ao CBHLSJ o
359 estudo, quando finalizado, de forma a poder tirar todas as dúvidas restantes. O Sr.
360 Leandro Coutinho agradeceu a apresentação e enfatizou o grande interesse dos
361 membros do Comitê em conhecer essas propostas. O Sr. José Ricardo de Souza
362 comentou que a região da Praia da Baleia sempre é desconsiderada nesse tipo de estudo
363 e salientou que sempre há a classificação da coleta em inverno e verão, mas que nunca é
364 informado como estava o vento, o fluxo de maré e a vazão quando foi feito o estudo,
365 fatores que variam bastante. O Sr. Eduardo Pimenta observou que a proposta da
366 Prolagos é bem densa e sólida, mas que sua experiência no Plenário do CBHLSJ o fez
367 entender que é necessária a transposição de todo o esgoto lançado no corpo hídrico
368 fechado, informou também que, historicamente, diversos estudos de caso dessa
369 magnitude foram realizados, mas não chegaram aos resultados esperados e comentou
370 também que a abertura de um canal que alterasse sua salinidade e concepção é muito
371 preocupante, sugerindo que o Comitê possa fazer uma contraproposta. O Sr. Francisco
372 Guimarães indicou que deveria ser realizada uma reunião específica para se discutir esse
373 estudo, aproveitando seus lados positivos e contrapondo pontos que geraram dúvidas e
374 discordâncias. Observou, também, que na época do estudo, a visibilidade da Lagoa era
375 de 60 cm de profundidade, e que hoje está alcançando cerca de 4 m e questionou como
376 seria um cenário considerando a visibilidade que a Lagoa hoje apresenta e quais as
377 razões que levaram a essa melhora na visibilidade e a influencia do aumento da chuva.
378 Destacou, ainda, que acha importante ser colocado na Plenária o emissário submarino

379 que foi sugerido para ser realizado o estudo, que abrange as regiões de Figueira, Monte
380 Alto, indo até o canal, chegando à Praia do Pontal do Atalaia de Arraial do Cabo,
381 visando que o estudo avalia sua viabilidade econômica e técnica. O Sr. Arnaldo Villa
382 Nova questionou se a Prolagos está realmente tratando o esgoto de São Pedro da Aldeia
383 e Iguaba Grande. Ao receber uma resposta positiva, por parte dos representantes da
384 empresa, perguntou o porquê, então, de ter sido obtido um valor altíssimo de DBO de
385 67% na chegando até o Rio Una? Enfatizou ainda que o efluente ao sair de uma estação
386 de tratamento, a DBO deveria estar baixa se a ETE estiver tratando o esgoto como
387 deveria. Comentou, ainda, que o estudo desconsiderou a função depuração que acontece
388 no canal da malhada, falou também que as ETEs dessas regiões são de nível terciário.
389 Finalizando sua fala o Sr. Arnaldo disse que o estudo tem que ser revisto, caso não,
390 deveria ser contratado outro estudo para contrapor e contratado pela Prolagos. O Sr.
391 Ayrton explicou que os 67% se refere a porcentagem da carga excedente de DBO
392 lançada pelas ETEs que chegariam a foz do rio Una com lançamento de duas ETEs. A
393 Sra. Daiana Cabral informou que, dentro do Subcomitê do Rio Una, foi proposta a
394 criação de um Grupo de Trabalho para discutir a transposição, tendo em vista que se
395 trata de uma proposta antiga, que não possui muitas informações acessíveis sobre o que
396 foi e/ou está sendo realizado e que, após um tempo sem ser discutida, voltou a ser o
397 foco, sendo um tema de importante debate. Adicionou, ainda, que espera que a proposta
398 do GT seja aprovada e que todos que possuem interesse no assunto venham a participar
399 das discussões do mesmo pois é muito importante para a tomada de decisão por parte do
400 CBHLSJ. A Sra. Adriana Saad complementou a discussão informando que existem
401 estudos que comprovam que não há impacto significativo na Praia Rasa, em relação à
402 transposição de São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, tendo em vista que há uma
403 distância considerável até o referido local. Comentou, ainda que o estudo apresentando
404 foi uma grande surpresa, pois se opôs ao que os estudos anteriores e o Comitê tem
405 apoiado, e que já foi deliberado na Agenesra e no Inea, e que também já foi licenciado e
406 possui recurso no FECAM para sua realização. Mesmo com tudo isso, essas
407 transposições ainda não foram realizadas até hoje, e explicou que a CONAMA é muito
408 clara e que a Lagoa de Araruama nunca poderia ter sido utilizada como corpo receptor
409 de efluentes, pois o padrão de seus parâmetros não condiz com o da Lagoa. Destacou
410 ainda a importância da criação do Grupo de Trabalho anteriormente citado e indicou
411 que o recurso que o Comitê possui na rubrica de monitoramento seja parte utilizado para
412 realizar a contratação de um estudo para elaborar uma contraproposta ao estudo
413 apresentado que significaria o fim da transposição e da retirada do descarte de efluentes
414 das ETEs da Lagoa de Araruama, destacou Adriana. A Sra. Daiana Cabral comentou
415 que existem diversas soluções possíveis, devendo-se partir de um ângulo neutro para
416 essa avaliação, pois ao partir do princípio que deve ser realizada a transposição ou que
417 não deve, acaba gerando uma restrição das possibilidades. O Sr. Leandro Coutinho disse
418 não ter compreendido como o descarte de efluentes a 500m adentro da Lagoa seria o
419 mínimo impacto de ser feita a transposição, discordando desse ponto e não concordava
420 com tal afirmativa. O Sr. Daniel Ribeiro perguntou se o estudo técnico, considerou a

421 abordagem das questões relacionadas a recuperação de áreas degradadas, que esse tema
422 também deveria ser objeto de estudos para recuperar áreas da região, como a Praia do
423 Siqueira. O Sr. Francisco Guimarães encaminhou uma proposta que ao invés da criação
424 da Câmara Técnica de Restauração Florestal, fosse criada a Câmara Técnica de
425 Recuperação Ambiental, pois dessa forma abrangeria florestas, rios, lagoas, etc. Foi
426 informado pelo Presidente Leandro Coutinho que isso deve ser avaliado pela CTIL. O
427 mesmo informou que havia uma solicitação dos representantes de Silva Jardim para que
428 seja antecipado o ponto de pauta que trata do estudo em Silva Jardim devido à urgência
429 do assunto, lembrou que a pauta já havia sido aprovada anteriormente e questionou se
430 algum dos membros presentes se opunha ao adiantamento do item solicitado, não
431 havendo manifestação. Desta forma, foi aprovado que o próximo ponto de pauta a ser
432 tratado seria o “Projeto de Controle de Inundações de Silva Jardim”. A Sra. Marianna
433 Cavalcante iniciou, então, a apresentação do Projeto. Primeiramente se apresentou,
434 informando sua formação em engenharia de recursos hídricos e que atua no Consórcio
435 Intermunicipal Lagos São João. Seguiu elucidando que o estudo foi motivado por uma
436 Procuração do Ministério Público Estadual, no Grupo de Trabalho de discussões sobre a
437 barragem de Juturnaíba, e que teve apoio técnico da Diretoria de Segurança Hídrica do
438 Inea, que forneceu o modelo que foi adaptado ao caso do município de Silva Jardim.
439 Explicitou que esses estudos contemplam 16 atividades previstas e que, por isso, possui
440 um prazo de execução consideravelmente extenso. Essas atividades incluem:
441 desenvolvimento do Plano de Trabalho; caracterização da área de estudo e diagnóstico
442 da situação atual; levantamentos de campo, que incluem levantamentos
443 topobatimétricos, topográficos e hidrométricos; estudos geotécnicos; estudos
444 hidrológicos; caracterização do uso e ocupação do solo; modelagem hidrodinâmica;
445 mapeamento o perigo à inundação; mapeamento do risco à inundação; e propostas de
446 intervenções; avaliação preliminar de impacto ambiental; preparo de especificações e
447 orçamentos; Manual Operativo; Relatório Síntese. No total, seriam 16 etapas,
448 produzindo 18 produtos a serem entregues à Prefeitura de Silva Jardim, em busca de
449 possíveis soluções. Ao longo do estudo, serão realizadas reuniões de captação
450 participativa, devido a probabilidade da Prefeitura não possuir recursos o suficiente para
451 implementar tudo que for proposto como solução. A Sra. Marianna Cavalcante destacou
452 o reconhecimento à urgência do estudo, devido à recorrência dos problemas em Silva
453 Jardim. Informou, também, que o CILSJ está dando celeridade ao processo e que se
454 pretendia conversar com a Prefeitura e realizar apresentação da proposta técnica aos
455 técnicos da Secretaria de Meio ambiente em até 10 dias para receber suas contribuições,
456 e que o projeto demanda de um prazo maior devido ao número de estudos necessários,
457 de forma a desenvolver-se a melhor solução, e sua viabilidade, para a problemática
458 enfrentada pelo município. A Sra. Sandra Bárbara perguntou se há previsão de
459 participação da população, e de consultas públicas voltadas a este estudo. O Sr. Gilmar
460 Prado lembrou que, em 2011, houve a aprovação pela Plenária de uma Resolução que
461 aprovava o termo de Referência para estudo hidrológico e ambiental e questionou quais
462 foram os resultados desse estudo. A Sra. Adriana Saad respondeu que o recurso

463 aprovado em 2011 não havia sido liberado à época, devido ao arresto, e que o valor total
464 para o estudo, que se encontra hoje disponível, considera os recursos desse estudo
465 citado, que foi liberado apenas em 2019. Porém, segundo a mesma, o Ministério Público
466 concluiu que esse estudo aprovado em 2011 era responsabilidade das concessionárias,
467 sendo a problemática das inundações mais emergencial e sem previsão de recursos para
468 sua realização. Então, o Inea foi consultado e prestaram auxílio no levantamento de
469 quais estudos deveriam compor esse projeto e na elaboração da proposta prévia.
470 Informou também, que após as contribuições da Prefeitura, o projeto será apresentado à
471 Câmara Técnica de Monitoramento e ao Subcomitê do Rio São João, nos quais poderá
472 ter contribuições. Trouxe, ainda, a possibilidade de criação de um Grupo de Trabalho
473 mais técnico, para realizar a avaliação desse documento, para ter uma proposta mais
474 elaborada para se levar à população. O Sr. Gilmar Prado elucidou que o recurso para
475 financiamento do estudo de 2011 foi pago pela Prefeitura de Silva Jardim, e que naquela
476 época houve a realização de um estudo semelhante ao atual. A Sra. Adriana Saad
477 afirmou que o CILSJ iria enviar um Ofício à Prefeitura para questionar qual o processo
478 que foi aberto para tratar desse assunto. Informou, também, que atendendo a uma
479 solicitação do Inea, o Consórcio realizou um levantamento de todos os processos do
480 Comitê e que, durante esse levantamento, não foi encontrado nenhum processo ligado a
481 esse assunto, somente a demanda que partiu do Comitê, de R\$ 230.000,00. Dessa forma,
482 solicitou que aqueles membros que compõem o Comitê há longa data, contribuíssem
483 com as memórias dos acontecimentos que antecedem a atual gestão do CILSJ. Em
484 seguida o senhor Mário Flávio também informou que não tinha conhecimento desta
485 solicitação proposta. Em seguida o senhor Gilmar Prado leu uma parte do documento de
486 Ata que tinha levado para afirmar que esse estudo já tinha sido determinado pelo
487 CBHLSJ em 2011; assim o Senhor Gilmar solicitou que o CILSJ entrasse em contato
488 com a prefeitura de Silva Jardim para ver se este estudo foi efetivamente realizado. Foi
489 então sugerido pelo Senhor Francisco Guimarães que o senhor Gilmar (por ter
490 levantado a solicitação) pudesse ser o responsável pelo CBHLSJ para solicitar essas
491 informações junto à Prefeitura de Silva Jardim, que aceitou o desafio, porém com ligeira
492 insatisfação alegando que como um mero conselheiro teria grandes dificuldades em ter
493 acesso a documentos da época e que isso deveria ser efetuado pelo CILSJ que é
494 composto por todos os Prefeitos da Região dos Lagos. A Senhora Anita Santoro
495 (moradora da região de Silva Jardim) solicitou que o CBHLSJ acelerasse o processo
496 deste estudo, pois na região muitos agricultores estão alagados e passando fome porque
497 seus campos de plantio estão submerso. Em seguida o Senhor Ayrton Vioceno solicitou
498 que o CBHLSJ olhasse com bastante atenção para a contaminação da água por
499 agrotóxicos na bacia do rio São João, pois esse assunto vem preocupando muito os
500 moradores locais, inclusive preocupa também as pessoas que são abastecidas com água
501 pelo reservatório de Juturnaíba. Assim o Senhor Ayrton Vioceno leu o ofício
502 encaminhado pela COOPSÃOJOÃO à CTIL aos cuidados do CBHLSJ que solicitava o
503 desassoreamento e a exploração mineral do rio São João através da cooperativa, que foi
504 constituída após aprovação da Resolução 021/2009 para que seja possível a

505 comercialização da areia e reverter parte do resultado financeiro para a reconstituição da
506 Mata Ciliar do Rio São João de montante a jusante, uma vez que precisa de dragagem
507 urgentemente, devido aos frequentes transbordamentos. O Presidente Leandro recebeu o
508 ofício e informou que irá encaminhar a Câmara Técnica Institucional Legal CTIL. Para
509 ações emergenciais foi proposta para a criação de um grupo de trabalho envolvendo o
510 MP e as Prefeituras envolvidas para elaborar um projeto bem fundamentado e discutido
511 por todos os gestores da bacia. Informou também que no Comitê existe uma rubrica
512 denominada “ações emergenciais” que pode (mediante aprovação do Plenário) ser
513 empregada para mitigação desse passivo ambiental. Solicitando a palavra o Senhor
514 Francisco Guimarães sugeriu a realização de uma oficina com os usuários da bacia do
515 Rio São João para realizar um Plano de Trabalho para levantar os pontos no rio
516 assoreados e as principais medidas a serem tomadas para a mitigação desse passivo
517 ambiental no corpo hídrico, incluindo também desmatamento, ocupação irregular da
518 mata ciliar e despejos de efluentes clandestinos. Passando para o item de pauta Projeto
519 de Lei 1.713/2019 (Alerj) o Presidente Leandro informou que acompanhou o Projeto de
520 Lei que autoriza o executivo a retirar 30% da verba dos fundos estaduais, informou
521 também que inclusive foi em algumas reuniões na Alerj e também tentou conversar com
522 alguns deputados, porém como projeto veio do executivo, não possível reverter a
523 situação, sendo o Projeto de Lei aprovado. Em seguida a Senhora Moema (representante
524 do Inea) reiterou que o PEC realmente tinha sido aprovado e informou que a princípio
525 haveria um corte nas contas em janeiro, mas que ainda não estava formalizado pelo
526 executivo. Salientou que o dinheiro na conta do Inea está sujeito ao corte de 30% e que
527 a missão do Inea é que esse dinheiro não esteja mais em conta, e seja repassado para os
528 CBHs, informou Moema. Em seguida foi perguntado pelo senhor Ayrton (produtor
529 rural da Bacia do Rio São João) sobre os incentivos financeiros aos agricultores que
530 preservam suas florestas mais do que a lei determina e se existe projeto no Inea de
531 subsídios a esses agricultores como o pagamento de serviços ambientais. A Senhora
532 Moema lembrou do projeto Funboas do próprio CBHLSJ e também informou que
533 existe um setor no Inea voltado especificamente a esse tipo de projeto de proteção dos
534 mananciais. Sugeriu então que o comitê convidasse os técnicos do setor de
535 biodiversidade do Inea para discutir um projeto sobre pagamento de serviços ambientais
536 na RH-VI. Passando para o Próximo item Aprovação da Resolução que disponibiliza
537 recursos para a “Revisão do Plano de Bacia” o Presidente Leandro solicitou que fosse
538 projetada a minuta ao Plenário. Lembrou que a mesma já havia sido avaliada pela
539 CTIL e encaminhada aos membros por e-mail, em seguida perguntou se alguém tinha
540 considerações a fazer naquele último momento, não havendo, a minuta foi aprovada
541 pelo Plenário. Passando para o próximo item Calendário de reuniões do CBHLSJ
542 (2020); foi discutido pelos membros as datas das próximas reuniões sendo apresentados
543 sugestões de algumas datas, após a inserção dessas sugestões o calendário 2020 foi
544 aprovado pelo Plenário. Foi sugerido pelo Sr. Francisco Guimarães que fosse também
545 criado um Grupo de trabalho para discutir o projeto do emissário submarino na região
546 do Arraial do Cabo. Em seguida, iniciando o item Assuntos Gerais, a senhora Priscila,

547 representante da Instituição Raízes, perguntou sobre o valor destinado ao projeto do
548 Subcomitê Lagoa de Saquarema de 250 mil, aprovado em reunião anterior de Plenária.
549 Informou que na última reunião do Subcomitê da Lagoa de Saquarema, foi discutido um
550 projeto para a Avaliação Ambiental da Lagoa de Saquarema, que visa realizar o
551 levantamento dos principais impactos ambientais e possíveis medidas mitigadoras na
552 bacia da Lagoa de Saquarema, com este recurso financeiro determinado. A senhora
553 Adriana Saad informou que trata-se de uma verba aprovada no PPA do CBHLSJ,
554 através da Resolução 102/2019, que destinou recursos para ações gerais nas lagoas do
555 entorno da lagoa de Saquarema e que toda proposta de projeto deve ser inicialmente
556 encaminhada para câmara técnica específica para depois ser levado ao plenário do
557 CBHLSJ. Adriana informou que existe a ideia e o orçamento destinado e que para dar
558 continuidade à proposta deve ser encaminhada à câmara técnica específica e em seguida
559 à Ctil, para só depois ser levada à Plenária. Adriana informou ainda que quanto mais
560 rápido isso for feito, mais rápido a Entidade Delegatária realizará os trâmites de
561 contratação do projeto aprovado. Em seguida a senhora Priscila perguntou sobre se
562 existe prazo para a destinação da verba do Fundrhi para o projeto de saneamento do
563 município de Saquarema. Adriana informou que o município de Saquarema foi o
564 primeiro visitado para ser informação sobre os recursos do Fundrhi destinados ao
565 saneamento na região, e que naquele momento o município achou desnecessário investir
566 em obras desta finalidade, ficando por último na fila dos municípios. Neste ínterim os
567 outros municípios foram aprovando seus projetos de esgotamento sanitário com valores
568 que variaram de 800 mil a 1.3 mil, destacou Adriana. Finalizando a presente reunião foi
569 proposto data para a reunião sobre o evento de cheias do município de Silva Jardim,
570 sendo sugerido o dia 04 de fevereiro de 2010. Não havendo nenhum outro assunto a ser
571 tratado, a reunião foi encerrada pelo Presidente Leandro. Assim, a presente Ata, depois
572 de lida, aprovada pelos Membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, e
573 assinada por seu Diretor-Presidente produzirá seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia,
574 23 de abril de 2020.



LEANDRO COUTINHO DE MATTOS
Diretor- Presidente do CBH Lagos São João